

INFORME JB

■ CRISTIANO ROMERO (interino)

Direitos Humanos

O governo está prestes a conseguir que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entidade ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), evite a condenação do Brasil por causa de um caso de desrespeito aos direitos humanos ocorrido, em 1989, em São Paulo.

Naquele ano, três policiais – um delegado, um investigador e um carcereiro – prenderam 18 presidiários numa cela minúscula de uma delegacia, após tentativa de fuga. Asfixiados, os 18 presos morreram na cela e o caso foi denunciado à OEA pela Human Rights Watch-Americas, uma aguerrida ONG americana.

Quando tomou conhecimento do caso há oito meses, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, procurou a OEA e a ONG para tentar um acordo, por meio de instrumento conhecido como “solução amistosa”, que evite a condenação do país.

Em troca, Gregori conseguiu que o governador de São Paulo, Mário Covas, criasse uma comissão para preparar as indenizações das famílias dos presidiários mortos. Além disso, Covas reabriu a sindicância administrativa para punir os três policiais, que, pássmem, continuam trabalhando normalmente. A Justiça, por sua vez, está sendo instada a acelerar a tramitação dos processos contra os responsáveis.

“Se fôssemos condenados, haveria a crucificação da política de direitos humanos do governo e não dos governantes da época, que não fizeram nada para minorar os efeitos daquele crime brutal”, explica José Gregori.